

LEI Nº 2.077/2020

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar área de terra de sua propriedade à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR para desenvolvimento de programa habitacional do interesse social e dá outras providencias.

A Câmara Municipal de Ribeirão do Pinhal, estado do Paraná, aprovou. E, eu Wagner Luiz Oliveira Martins, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Poder Executivo Municipal objetivando promover a construção de moradias destinadas a famílias com renda mensal estabelecida no âmbito das políticas habitacionais do estado, fica autorizado a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, o imóvel abaixo descrito:

1 – Um (1) lote de terreno urbano, situado nesta cidade do Ribeirão do Pinhal com área de 12.851,18 metros quadrados, sem benfeitorias, dentro do seguinte roteiro: Inicia-se no marco M05, daí segue com R.M 49°52′51″SW e distância de 106,74 metros, confrontando com área verde e Rua Projetada "F", até o marco M10, daí deflete a esquerda o segue com R.M. 40°45″37″SE e distância de 119,00 metros, confrontando com Área Remanescente até o marco M11, daí deflete a esquerda e segue com R.M. 49°52′51″NE e distância do 109.24 metros, confrontando com o Lote 02 - (João Rubens Ferri Balduino) até o marco M03, daí deflete a esquerda e segue com R.M. 41°57′45″ NW e distância 119,05 metros, confrontando com Área Verde até o marco M05, início e fim deste levantamento, com todos os dados contidos na matricula, observando a transcrição no Registro Geral de Imóveis - número da matricula 12.257, do Cartório de Registro de Imóveis do Ribeirão do Pinhal, Paraná.

Parágrafo único: A área encontra-se registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão do Pinhal PR, constante da matricula nº 12.257.

Art. 2° O imóvel descrito neste artigo, cuja avaliação alcança R\$ 835.326,70 (oitocentos e trinta e cinco mil trezentos e vinte e seis reais e



setenta centavos), é por esta Lei desafetado de sua natureza de bem público e passa a integrar a categoria de bem dominial.

Art. 3º A donatária terá como encargo a construção de unidades habitacionais no âmbito de programas habitacionais desenvolvidos pelo governo estadual.

Art. 4º A doação realizada de acordo com a autorização contida nesta Lei ficará automaticamente revogada, revertendo à propriedade do imóvel ao domínio pleno da municipalidade, se.

I- a donatária deixar de atender a finalidade determinada no artigo 3° desta Lei;

II - a construção das unidades habitacionais não iniciar em ate 48 meses ou não estiver concluída em até 96 meses, cujos prazos serão contados a partir da efetiva doação, na forma desta Lei;

Art. 5° Fica o Município de Ribeirão do Pinhal – PR, responsável pela execução da infraestrutura não incidente nos custos do empreendimento a ser implementado na área descrita no art. 1°.

Art. 6° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal, 19 de março de 2020.

Wagner Luiz Oliveira Martins
Prefeito Municipal